

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de setembro de 2023 - Ata n.º 90.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Cloara Pinheiro** (na função de 1.^a Secretária) e **Delegado Tito Barichello** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **90.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos, conforme estabelece o art. 122 do Regimento Interno desta Casa. Solicito neste momento ao 2.^º Secretário, Deputado Tito Barichello, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Tito Barichello - UNIÃO): (Procedeu à leitura da Ata da 89.^a Sessão Ordinária, de 25 de setembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.^º §4.^º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do segundo quadrimestre de 2023 pela Secretaria de Estado da Fazenda.** Registro a presença aqui na Casa do nosso Secretário, Dr. Renê Garcia Junior; da nossa Diretora-Geral, Marcia Cristina Rebonato do Valle; do Diretor da Receita Estadual, Roberto Tizon; da Chefe de Gabinete, Priscila

Aguiar Mânicá; da Diretora de Contabilidade Geral do Estado, Gisele de Carvalho Carloto Rodrigues; da Assessora Técnica do Gabinete do Secretário, Luiza Regina Mazer; do assessor de imprensa, Luiz Geraldo Mazza Neto; do assessor João Paulo Pimentel; do assessor econômico do Gabinete do Secretário, Tomaz Lucas Santos Leal; e do Sr. Marcelo Vilela de Carvalho Costa, Secretário da Comissão de Orçamento da Alep. Vamos conceder a palavra ao Secretário Dr. Renê por 30 minutos para sua apresentação, prorrogáveis por mais 15, se necessário for, sem ser aparteado pelos Sr.^s Deputados. E os Deputados que se interessarem em fazer perguntas ao Secretário, por favor, encaminhem-se à Mesa para a devida inscrição. Com a palavra o Secretário Renê.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Boa tarde, Deputado Ademar Traiano. Boa tarde, Sr.^s Deputados. Quero cumprimentar o Deputado Romanelli, o Deputado Requião Filho, meu apreço, meu abraço. Vou iniciar esta apresentação, como faço sempre, falando um pouquinho sobre a conjuntura, sobre o que se passa no mundo, o que se passa no Brasil, até chegar ao Paraná, para que possamos ter uma noção sobre o ambiente externo que nos circunda. Em primeiro momento é o seguinte, a economia mundial apresenta um quadro de um pouco de incerteza, proveniente principalmente da desaceleração econômica da China, em função de uma crise imobiliária que ela está vivendo. A taxa de juros real no mundo subiu, em função de uma pressão inflacionária, principalmente da questão do pós-pandemia, onde houve um período de forte impacto sobre os alimentos e sobre o setor de energia elétrica. Essa inflação está se arrefecendo, principalmente em função da política monetária exercida nos países. A taxa de crescimento hoje nos Estados Unidos e no Reino Unido é positiva, o que tem feito com que a economia global apresente sinais de recuperação. No âmbito internacional há de se destacar o efeito dos preços das commodities, que, em função da potencial crise no mercado chinês, podem sofrer algum tipo de queda brusca. Já têm sofrido, principalmente a questão da soja e do petróleo, têm sofrido uma redução de quase 25% no período pós-pandemia, o que é positivo para economia, pois permite uma desaceleração da taxa de inflação, em resposta à política monetária mais restritiva por parte de bancos centrais do mundo. O FED,

Banco Central Americano, está com uma política fortemente contracionista. Apesar disso, a taxa de crescimento dos Estados Unidos tem se mantido razoavelmente forte, assim como o mercado de trabalho. Sobre o Brasil, o Brasil está passando por um momento em que a taxa de crescimento do último trimestre surpreendeu o mercado, de 0,8%, o que projeta uma taxa de crescimento do PIB na faixa de 2,6%, contra um pessimismo inicial de que a taxa de crescimento não seria superior a 2%. Do ponto de vista fiscal, temos apresentado algumas situações de risco de perda de arrecadação, principalmente por parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o que tem impactado sobremaneira a questão das cotas de participação do FPE e do FPM, que sofreram uma queda brusca nesse período. E encontra-se em trâmite no Congresso Nacional a PEC n.º 136, que tenta repor parte das perdas desse período. Há que se destacar, no caso do Brasil, esse crescimento que está sendo feito. No caso do Paraná, a evolução do PIB tem sido fortemente positiva. Influenciada pela produção agrícola, o Paraná chegou a crescer quase que o dobro na média do Brasil e, ao longo do segundo semestre, deve encerrar um período de 12 meses com uma taxa de crescimento na faixa de 5,2%, 5,3%, contra um crescimento brasileiro de 2,6%. A taxa de desemprego surpreende no mercado paranaense, porque é uma das mais baixas do Brasil, na faixa de 4,9%, contra um desemprego de 8,2% no Brasil como um todo. Há que se destacar o efeito da perda de arrecadação na União proveniente principalmente da perda de concessões e permissões, com perda de R\$ 35 bilhões, dividendos e participações, cerca de R\$ 19 bilhões, e exploração de recursos naturais, uma perda de R\$ 15 bilhões, o que tem impactado sortemente sobre a questão do déficit orçamentário do Governo Federal, que conta R\$ 72 bilhões nesse período, com uma projeção de alguma coisa como R\$ 105 bilhões no final do ano. Este gráfico apresenta as transferências do FPE, que, em função da diminuição, da perda no Imposto de Renda, sofreu uma forte redução. No caso do Estado do Paraná, a nossa perda entre julho e agosto chega a R\$ 80 milhões, e dos municípios na faixa de R\$ 90 milhões. O resultado primário consolidado do Brasil e dos estados como um todo tem apresentado variação negativa, a média nacional é uma faixa de 49% de variação negativa na questão do superávit e

redução do resultado primário. Este gráfico é muito importante porque mostra que o resultado primário dos estados, que já chegou a representar 1,1% do PIB no ano de 2022, hoje se encontra praticamente zerado, como efeito principalmente da Lei Complementar n.º 194, que, como os senhores sabem, impactou sobre a arrecadação de combustíveis, energia elétrica e comunicações. A perda do Estado do Paraná no acumulado chega a alguma coisa como R\$ 6 bilhões nesse período. A seguir vamos apresentar os números do Estado do Paraná, que, como os senhores podem perceber, tivemos uma perda de arrecadação no primeiro período de janeiro a agosto na faixa de 3% real, com impactos principalmente na questão da perda de ICMS, em função da Lei Complementar n.º 194. As variações de receita patrimonial nesse período foram positivas, em torno de 15%, a receita de serviços foi 10%, as transferências correntes R\$ 9 bilhões e 400 milhões, ou 3% de crescimento real, e demais receitas correntes tiveram uma redução de 15%, em função de uma transferência do FPE, do Fundo da Educação, que não aconteceu. E este gráfico aqui mostra uma variação real do ICMS do período, comparando os produtos da Lei Complementar n.º 194, mostrando a perda de arrecadação do período e a nossa tentativa de recuperação no último mês, mas este resultado está muito em função de um adiantamento de importação de petróleo que ocorreu, coisa que não deve se repetir no mês de setembro. A nossa receita de capital, em função da alienação da Copel, teve um resultado fortemente positivo, uma variação real de 370%, principalmente em função de que no período de janeiro a agosto entraram da alienação da Copel R\$ 2,6 bilhões. Nas nossas despesas correntes temos que salientar o crescimento dos ativos, na faixa de 10%, o crescimento de outras despesas correntes, principalmente a questão de terceirização e despesas com transferências, pagamento de precatórios e indenizações, tiveram um incremento de 35% e um incremento real de 29%. Outras despesas empenhadas, o investimento nesse período reduziu, em função da perda de diminuição das transferências que ocorreram, as inversões financeiras por conta da questão contábil, dos precatórios que estão sendo colocados agora como despesas correntes e não como despesa de capital, e portanto apresentaram uma variação negativa de 58%. O balanço orçamentário do

Estado apresenta um quadro de superávit de R\$ 4,1 bilhões, mas, quando computamos as despesas empenhadas e não pagas, apresentaria um déficit de R\$ 4,5 bilhões. A questão previdenciária apresenta no plano financeiro uma insuficiência de R\$ 4,2 bilhões, o que projeta alguma coisa como a perda de R\$ 6 bilhões no período de 12 meses. A dívida do Estado como um todo chega a R\$ 30 bilhões, sendo a dívida consolidada com a União R\$ 11 bilhões, o saldo de precatórios R\$ 7 bilhões e 900, a dívida com o Banco do Brasil R\$ 3 bilhões e 700 milhões. O acordo com o Itaú ainda falta pagar uma parcela do acordo. Portanto, a apropriação aqui está sendo pelo valor cheio da contabilidade, de R\$ 2 bilhões e 85 milhões, mas a dívida proveniente é de R\$ 550 milhões. A nossa Capag continua “B”, com uma possibilidade de revertermos isso ao longo dos próximos meses para alguma coisa como Capag “A”. A nossa disponibilidade de caixa faz com que a dívida consolidada líquida do Estado seja negativa, as operações de créditos são praticamente insignificantes e as garantias concedidas também são insignificantes. A apuração dos limites constitucionais, o percentual de despesa com a educação chega a 30,31% do orçamento, a despesa com saúde 8,2%, mas com as despesas empenhadas o índice seria de 10% - normalmente isso acontece durante o ano e a função saúde tem um reajuste no final do ano, que acaba completando o índice de 12%. A despesa de pessoal como um todo, como proporção da receita corrente líquida, monta 43%. A situação fiscal é tranquila, mas com um sinal de alerta, principalmente no que diz respeito à questão da evolução dos gastos, que apresenta uma trajetória fortemente positiva. Desculpem a pressa, porque, como tem pouca audiência, acho que todos queremos terminar logo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, está aberta a possibilidade de perguntas ao Secretário. Só temos o Deputado Requião... O Deputado Arilson também vai fazer perguntas? Ok. O Deputado Requião é o primeiro.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Boa tarde, Secretário. Recebi os números do Deputado Romanelli antes já da apresentação, foi-nos encaminhado desta vez em tempo, mas a minha pergunta hoje é um pouco sobre o Siafic, que, para quem não

sabe, é o Sistema de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle do Estado do Paraná. Contratamos da empresa Logus Sistema de Gestão Pública Ltda., por mais de R\$ 30 milhões, um sistema para atender o Estado do Paraná, feito para o Estado do Paraná, e esse sistema tinha algumas obrigações mínimas e essas obrigações mínimas, nos últimos dois anos, não foram atendidas. Tenho informações de que diversos PADs e protocolos internos administrativos sobre esse sistema existem dentro da Secretaria e que o sistema não está adequado inclusive ao modelo aqui do Paraná que usamos, de unidades. Pergunto-me ou lhe pergunto, Secretário, se existe alguma orientação da Secretaria para que façamos cumprir esse contrato, e inclusive procurei o contrato original e achei apenas os aditivos, o original não achei no site. Sei que não é uma coisa, um problema necessário do Secretário, mas não tive acesso a esse contrato e gostaríamos de saber, como Oposição, como está o andamento desse sistema, porque esse sistema é o que vai garantir para nós a transparência no acompanhamento do orçamento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, o Líder Hussein pediu que eu pudesse fazer as vezes, cumprir as tarefas da Liderança do Governo. Obviamente não quis interromper o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho, mas, data vénia, penso que a pergunta que ele fez é pertinente na formulação de um Pedido de Informações ou de um envio de expediente à Secretaria da Fazenda. A mim me parece que não é um tema a ser tratado nesta Audiência Pública. Então, se me permite... O Siafic é um sistema novo, mas indiscutivelmente a mim me parece que foge do escopo desta apresentação e ofereço ao Deputado Requião Filho, naturalmente, a possibilidade de aprovarmos um envio de expediente para que a Secretaria da Fazenda preste todas as informações necessárias, se ele concordar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião se dá por satisfeito?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Por satisfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, então. Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Secretário, também recebi a apresentação antecipadamente. Percebi aqui que, nos anexos da apresentação, o Secretário demonstra que foram repassados para os municípios 8,16 bilhões até agosto. Em 2022, foram passados 11 bilhões no ano como um todo. Mas a renúncia fiscal nos tirou no ano passado 5,5 bi dos municípios, ou seja, poderia ter sido repassado quase 50% a mais. No ano passado, quando comecei a denunciar o problema da renúncia de receita aqui no Estado, denunciei aqui nesta Casa o volume extraordinário de renúncia de receita e o senhor enviou para a Casa uma LDO demonstrando que em 2023 a renúncia iria ser diminuída. Passado o processo eleitoral, chegou-nos aqui a LDO, o Projeto da LDO/2024 aumentando a renúncia em 30%, Secretário. E essa política, na minha avaliação, é nociva aos municípios do Paraná, além de ter ainda uns desfavores entre algum setor econômico e outro. Por que quero perguntar para V.Ex.^a em essência? A renúncia como é praticada hoje no Estado do Paraná, não existe um mecanismo de acompanhamento transparente o suficiente. Recebi do Tribunal de Contas uma resposta..., porque tentei administrativamente perguntar para a Secretaria os beneficiários da renúncia. Recebi a lista e os 100 maiores beneficiários do ano de 2021 tinham 4,6 bi de renúncia; no ano de 2022, esse valor subiu para 5,8; no ano de 23, 6,7. Os mesmos 100 maiores beneficiários! O que o Governo do Estado vai fazer para estancar esse modelo de renúncia que está hoje? Quando perguntei isso na vez anterior para V.Ex.^a, debatemos a metodologia do cálculo da renúncia. O senhor explicava que mudou o valor porque mudou-se o método, mas a LDO contradiz a explicação do senhor. Então, gostaria do esclarecimento. Obrigado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Obrigado, Deputado. Na verdade é o seguinte, não há nenhum tipo de impacto proveniente da participação dos

municípios em termos de efeitos sobre as renúncias fiscais. Tanto é que o Governo Federal pratica uma política extremamente agressiva de benefício fiscal, concede quase R\$ 500 bilhões, e a perda da arrecadação não se dá por conta disso, se dá por outros motivos. Não concedemos nenhum tipo de renúncia nova, as renúncias são pela mudança de metodologia, porque era calculado de forma imprecisa no passado e hoje está sendo calculado de forma correta, que é a partir das notas fiscais eletrônicas, o que nos dá um valor adequado e correto do valor das renúncias. Os valores que estão sendo apropriados hoje na LDO são valores corretos, apurados segundo metodologias mais conservadoras, no sentido de expressar inclusive o seguinte, existem trabalhos que dizem que o Paraná superestima as renúncias, dizendo que estamos na verdade apresentando números maiores do que a realidade, quando está errado, está equivocado. Os valores das nossas renúncias são exatamente aquilo que é apropriado dentro do sistema. Com relação à pergunta do Siafic, quero dizer o seguinte, o contrato foi feito no ano passado, com período de vigência em 2023, para entrega no início de janeiro de 2024. Não é o mesmo sistema. Esse sistema é usado por oito estados do Brasil e está sendo adaptado para o Estado do Paraná, como uma forma de tornar o sistema mais apurado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Secretário... Posso, Presidente? Tenho a réplica? Temos um novo processo de tramitação de renúncia aqui na Casa, que trata das operações interestaduais sobre suínos vivos, por exemplo. Há um debate, na minha concepção, que isso vai favorecer o estado de Santa Catarina. Gostaria de fazer um convite para V.Ex.^a. Estou querendo formular uma Audiência Pública para discutir a renúncia fiscal aqui nesta Casa e gostaria de contar com a presença de V.Ex.^a ou de alguém da Secretaria, para tentar esclarecer essa visão diferente que temos do processo, para avançarmos um pouco no debate. Por fim, não menos importante, gostaria de perguntar para V.Ex.^a se a Sefa hoje já concluiu os cálculos de impacto financeiro do novo plano de carreira de docentes das universidades. Caso sim, qual o prazo de entrega desse cálculo? Porque a Secretaria de Ensino Superior fala que esse processo está na mão da Fazenda. São essas duas considerações.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Os cálculos ainda não estão terminados. Estamos aperfeiçoando ainda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O prazo?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: O prazo, creio que até o início do mês de outubro teremos condições de apresentar alguns números.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado. Posso contar com o senhor com a Audiência Pública, então?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Mando a equipe técnica da Fazenda. Está bom?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bem.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Com todas as explicações possíveis, inclusive com o pessoal que apura as contas.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Já na sequência, Deputado. Quero registrar a presença aqui dos alunos do Colégio Estadual Professora Orlanda Distefani Santos, de São Mateus do Sul, no Projeto Rolê Cívico Paranaense, acompanhados pelas Professoras Josiane Cabreira, Amanda Nizer e Franciane Muchinski e pelos servidores do Tribunal de Justiça Candice Fagundes e Kim Vasco. Só para a compreensão dos alunos, o que acontece hoje, aqui na Assembleia, é uma Sessão de prestação de contas do quadrimestre pelo Secretário da Fazenda. É o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Cada quadrimestre, o Secretário da Fazenda vem a esta Casa fazer uma prestação de contas aos Sr.^s Deputados. Então, para que vocês entendam o que está acontecendo aqui. Com a palavra o Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, na verdade é um pela ordem baseado nos comentários do Deputado Arilson e na resposta do Secretário. Inclusive, Deputado Arilson, quero participar dessa Audiência, porque, por questão de correção e dever de consciência, quero dizer que o Secretário Renê tem feito todo um esforço para poder justamente conter essa situação toda que temos

estabelecida no Paraná há tantos anos, que remonta a 25, 30 anos nos Governos do Paraná, que são as renúncias fiscais, buscando uma metodologia mais transparente. Faço pela ordem, mas também indago ao Secretário, porque na última reunião que tivemos sobre benefícios fiscais – talvez tenha dito isso ao Deputado Arilson, não me lembro -, estava sendo contratado por parte da Secretaria da Fazenda um estudo, o desenvolvimento de um modelo matemático para que pudéssemos quantificar o interesse público contido na relação desses benefícios. Então, tinha um modelo matemático sendo contratado, sendo construído, justamente para que pudéssemos dar mais transparência ainda para o desdobramento desses benefícios à luz do interesse público. Então, quero só ressaltar isso, que V.Ex.^a tem essa preocupação todas as vezes que falamos sobre isso. O Deputado Arilson toca em um problema que é absolutamente estrutural, que sei que hoje incomoda a Fazenda, Deputado Arilson, assim como incomoda todos nós. Gostaríamos de saber o que de fato o Paraná ganha com os benefícios fiscais e o Secretário Renê tem essa preocupação, e como é que vamos avançar para tornar isso claro para a sociedade paranaense. Então, assim, por questão de justiça, só queria fazer este comentário e dizer que estamos muito abertos a discutir este assunto da melhor maneira possível e também com os avanços que a Secretaria possa trazer de informações, de contratações que possamos no futuro, até que acabemos com a guerra fiscal, com a nova reforma tributária, para que não tenhamos um novo momento no País, que possamos ter, obviamente, pelo menos a sociedade paranaense possa ter o direito de saber quais os impactos de fato dos benefícios na sociedade, o que ganhamos com isso.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Deputado Evandro, o modelo matemático já foi concluído, já foi entregue. Ele está à disposição de V.Ex.^{as}. Se V.Ex.^a quiser conhecer, podemos fazer a apresentação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, como não temos mais nenhum Parlamentar inscrito, já declaro **encerrada a presente Audiência Pública.**

Nada mais havendo a tratar, **encerro a presente Sessão**, marcando outra para quarta-feira, dia 27, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 257/2021 e 336/2023; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 75/2023; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 377/2023, 444/2023, 536/2023, 555/2023, 617/2023, 637/2023, 666/2023, 667/2023, 668/2023, 669/2023, 670/2023, 671/2023, 674/2023, 683/2023, 684/2023, 687/2023, 688/2023, 689/2023, 690/2023, 691/2023, 692/2023, 722/2023, 723/2023, 724/2023, 725/2023, 726/2023, 727/2023, 728/2023, 741/2023, 742/2023, 743/2023, 744/2023 e 745/2023; e 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 685/2023.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, pela ordem.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, antes de encerrar a Sessão, apenas convidar os Parlamentares que desejarem participar de uma discussão com o Secretário Renê Garcia sobre o tema que envolve o ICMS da Klabin no projeto Puma, faremos logo após esta Sessão, na sala da Liderança do Governo. Então, quem quiser participar é bem-vindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está encerrada a Sessão.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h13, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)